



Comissão de Economia e Obras Públicas

Informação

Projeto de Resolução n.º 1446/XII (4.ª)
– (PCP)

Discussão ocorrida nos
termos do artigo 128.º,
n.º 1, do RAR, em
reunião da Comissão de
27/05/2015



Comissão de Economia e Obras Públicas

1. Seis Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tomaram a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução (PJR) n.º 1446/XII (4.ª) – (PCP), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 23 de maio de 2015, tendo sido admitido a 24 de maio, data na qual baixou à Comissão de Economia e Obras Públicas.
3. A discussão do Projeto de Resolução (PJR) n.º 1446/XII (4.ª) – (PCP) ocorreu nos seguintes termos:

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), que apresentou o projeto de resolução em epígrafe, lembrando que as populações da Trofa estavam sem transporte há 13 anos, porque tinha sido retirado o comboio e a promessa do prolongamento do Metro do Porto tinha ficado apenas pelo ISMAI. Recordou também que as populações já se tinham manifestado sobre este assunto, tendo inclusive promovido uma petição que foi discutida na Assembleia da República. Propôs que fosse cumprida a Resolução da Assembleia da República n.º 74/2012, de 22 de maio, que recomenda o prolongamento da linha do Metro do Porto até à Trofa, até ao final do primeiro semestre de 2016, respondendo a uma justa reivindicação das populações locais.

Usaram da palavra, a este respeito, os Senhores Deputados Fernando Jesus (PS) e Paulo Rios Oliveira (PSD).

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) afirmou que o PS acompanhava o projeto de resolução em apreço. Lembrou que em 2010, por força de constrangimentos financeiros e por pressão política dos partidos que agora estão na maioria, o Governo de então teve de suspender a extensão do Metro até à Trofa. Referiu que depois da desativação da linha do comboio, a população ficou mal servida. O Governo disse que tinha encomendado estudos para saber se devia ou não candidatar esta extensão aos fundos comunitários, mas esses estudos não são ainda conhecidos.



Comissão de Economia e Obras Públicas

Pelo Senhor Deputado Paulo Rios Oliveira (PSD) foi afirmado que o enquadramento deste assunto confrontou o Governo, que se viu obrigado a atender a assuntos urgentes em detrimento dos assuntos importantes. Não negando a importância e impacto desta obra naquela população e admitindo que pudesse ser uma injustiça para a população, a verdade era que governar implicava escolhas e o Governo teve de fazer as escolhas urgentes em detrimento das importantes. Afirmou que não deixaria de sensibilizar o Governo para a urgência e importância dos estudos solicitados. Concluiu, referindo que a obra era importante e devia ser considerada, mas não podia ser negado o impacto financeiro da mesma.

Para encerrar a discussão desta iniciativa, tornou a usar da palavra a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), para referir que aguardaria com expectativa o sentido de voto do PSD no Plenário, pois se admite que a atual situação é uma injustiça terá de tomar alguma posição sobre esta proposta. A oradora reforçou os seus argumentos com a interioridade do distrito, as condições sociais e económicas das pessoas que aí vivem, as acessibilidades difíceis e o facto de se tratar de uma espera com mais de 12 anos. Concluiu, afirmando que o seu partido esperava que houvesse algum compromisso político dos partidos da maioria com as necessidades destas populações.

4. O Projeto de Resolução n.º 1446/XII (4.ª) – (PCP) foi objeto de discussão na Comissão de Economia e Obras Públicas, em reunião de 27 de maio de 2015.

5. Realizada a sua discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 3 de junho de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(PEDRO PINTO)

